



A ATUAÇÃO DO FARMACÊUTICO NA ORIENTAÇÃO E IMPACTOS DO USO INDEVIDO DE MEDICAMENTOS ISENTOS DE PRESCRIÇÃO EM FARMÁCIAS

Maria Clara Vulcão da Mota¹, Rahyja Teixeira dos Santos², Yama Mayura Alves de Sousa³



<https://doi.org/10.36557/2674-8169.2024v6n11p566-583>

Artigo recebido em 30 de Agosto e publicado em 01 de Novembro de 2024

REVISÃO DE LITERATURA

RESUMO

Este estudo teve como objetivo compreender a atuação do farmacêutico na orientação sobre o uso de medicamentos isentos de prescrição (MIP) e os impactos do uso inadequado desses medicamentos na saúde pública. Por isso, o foco está na promoção do uso racional de MIP, prevenindo os riscos associados à automedicação e destacando o papel do farmacêutico como educador da população. Para isso, a pesquisa utilizou uma revisão bibliográfica baseada em fontes científicas, como PubMed, SciELO e LILACS, revisando artigos e estudos publicados entre 2010 e 2024. Foram analisadas as principais abordagens sobre o uso de MIP, automedicação e as intervenções farmacêuticas para mitigar riscos relacionados. A partir disso, os resultados indicam que a automedicação é uma prática comum no Brasil, com 77% da população utilizando medicamentos sem prescrição. Durante a pandemia de COVID-19, o uso indiscriminado de MIP, como ivermectina e hidroxicloroquina, aumentou significativamente, levando a complicações de saúde, como intoxicações, resistência bacteriana e internações hospitalares. A atuação do farmacêutico, por meio de orientações e campanhas educativas, demonstrou eficácia na redução desses riscos, principalmente em grupos vulneráveis, como idosos. Por fim, conclui-se que o papel do farmacêutico é indispensável na prevenção dos riscos associados ao uso inadequado de MIP. A presença constante do farmacêutico nas farmácias e a promoção de campanhas de conscientização são essenciais para o uso responsável de medicamentos. Além de garantir a segurança dos pacientes, essas ações ajudam a reduzir os custos com internações e tratamentos emergenciais, promovendo um sistema de saúde mais sustentável e eficiente.

Palavras-chave: Automedicação, Medicamentos Isentos de Prescrição (MIP), Uso Racional de Medicamentos, Farmacêutico, Orientação farmacêutica.

THE ROLE OF PHARMACISTS IN GUIDING AND IMPACTING THE MISUSE OF OVER-THE-COUNTER MEDICATIONS IN PHARMACIES

ABSTRACT

This study aimed to understand the role of pharmacists in providing guidance on the use of over-the-counter (OTC) drugs and the impacts of the inappropriate use of these drugs on public health. Therefore, the focus is on promoting the rational use of OTC drugs, preventing the risks associated with self-medication and highlighting the role of the pharmacist as an educator of the population. To this end, the research used a bibliographic review based on scientific sources, such as PubMed, SciELO and LILACS, reviewing articles and studies published between 2010 and 2024. The main approaches to the use of OTC drugs, self-medication and pharmaceutical interventions to mitigate related risks were analyzed. Based on this, the results indicate that self-medication is a common practice in Brazil, with 77% of the population using OTC drugs. During the COVID-19 pandemic, the indiscriminate use of OTCs, such as ivermectin and hydroxychloroquine, increased significantly, leading to health complications such as poisoning, bacterial resistance, and hospitalizations. The work of pharmacists, through guidance and educational campaigns, has proven effective in reducing these risks, especially in vulnerable groups, such as the elderly. Finally, it is concluded that the role of pharmacists is indispensable in preventing the risks associated with the inappropriate use of OTCs. The constant presence of pharmacists in pharmacies and the promotion of awareness campaigns are essential for the responsible use of medicines. In addition to ensuring patient safety, these actions help to reduce costs with hospitalizations and emergency treatments, promoting a more sustainable and efficient health system.

Keywords: Self-medication, Over-the-counter drugs (OTC), Rational use of drugs, Pharmacist, Pharmaceutical guidance.

Instituição afiliada – Universidade Nilton Lins

Autor correspondente: *Maria Clara Vulcao Da Mota*

This work is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International License](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).



INTRODUÇÃO

O uso indiscriminado de medicamentos sem a orientação adequada de um profissional de saúde pode resultar em efeitos adversos, como intoxicações e interações medicamentosas, além de mascarar doenças mais graves, dificultando diagnósticos e tratamentos eficazes. Nesse contexto, a atuação do farmacêutico ganha importância fundamental, pois ele desempenha um papel crucial na orientação dos pacientes sobre o uso correto desses medicamentos, prevenindo os riscos associados à automedicação.

Segundo o Conselho Federal de Farmácia (2019) revela que a automedicação é uma prática comum entre os brasileiros, sendo os medicamentos isentos de prescrição, como analgésicos e anti-inflamatórios, amplamente consumidos sem acompanhamento profissional, sendo que 77% da população relataram o uso de medicamentos sem prescrição nos últimos seis meses (CFF, 2019).

Esse comportamento preocupa as autoridades de saúde, pois, além dos riscos imediatos, como reações adversas e interações medicamentosas, há a possibilidade de retardar diagnósticos, uma vez que o uso inadequado de medicamentos pode mascarar sintomas de doenças mais graves (Ferreira et al., 2021). Durante a pandemia de COVID-19, essa prática se intensificou com a ampla divulgação de tratamentos não comprovados, como a ivermectina e a hidroxicloroquina, aumentando os riscos à saúde pública (Melo et al., 2021).

Assim, o problema central desta pesquisa consiste em avaliar como a orientação farmacêutica pode mitigar os riscos relacionados ao uso inadequado de MIP. A análise se concentra em como a intervenção do farmacêutico pode evitar o agravamento dos sintomas e as complicações decorrentes da automedicação, promovendo o uso responsável desses medicamentos e educando a população sobre os perigos do uso indiscriminado.

A partir disso, a justificativa para o desenvolvimento desta pesquisa está na necessidade de explorar o papel do farmacêutico como agente de saúde na prevenção dos riscos associados à automedicação. Embora a automedicação seja uma prática culturalmente enraizada no Brasil, frequentemente vista como uma forma de autocuidado, ela apresenta riscos consideráveis quando realizada sem o devido



acompanhamento profissional. Como afirma Santos et al. (2021), a automedicação, sem orientação adequada, pode resultar em sérias complicações à saúde individual e coletiva

Durante a pandemia de COVID-19, esse cenário piorou, com o consumo de ivermectina e hidroxiclороquina aumentando em 829% e 916%, respectivamente, entre 2019 e 2020 (Melo et al., 2021), o que levou à superlotação de serviços de saúde em função de reações adversas e complicações associadas (Melo et al., 2021). Por isso, é urgente promover o uso racional de medicamentos, especialmente os MIP, e fortalecer a atuação do farmacêutico como educador e orientador da população.

Por isso, o principal objetivo deste estudo é compreender a atuação do farmacêutico na orientação sobre o uso de medicamentos isentos de prescrição e os impactos do uso inadequado desses medicamentos na saúde pública. Para atingir esse objetivo, são definidos como objetivos específicos: explicar os principais riscos associados ao uso indevido de MIP, descrever a eficácia das intervenções farmacêuticas na prevenção da automedicação inadequada e demonstrar as estratégias de promoção do uso racional de medicamentos implementadas por farmacêuticos em farmácias comunitárias.

Por fim, a estrutura do artigo está organizada a partir da seguinte estrutura: a atuação do farmacêutico na promoção do uso racional de medicamentos, com destaque para os MIP. O artigo também aborda os riscos associados ao uso inadequado de MIP e como a orientação farmacêutica pode atuar para reduzir esses riscos (Santos et al., 2021). Outro ponto discutido é a importância da educação farmacêutica no uso correto dos MIP, enfatizando a necessidade de campanhas de conscientização (Moysés et al., 2022). Por fim, são detalhadas as consequências do uso inadequado de MIP, como intoxicações, resistência bacteriana e internações hospitalares, demonstrando a necessidade de uma abordagem preventiva (Ferreira et al., 2021).

METODOLOGIA

Este estudo utiliza a metodologia de Revisão Integrativa (RI), um método que busca sintetizar resultados de pesquisas anteriores sobre um tema específico,

proporcionando uma compreensão abrangente e aprofundada do fenômeno estudado.

Conforme descrito por Souza, Silva e Carvalho (2010), a Revisão Integrativa se destaca por permitir a inclusão de estudos tanto experimentais quanto não experimentais, o que enriquece a análise ao integrar diferentes abordagens metodológicas e perspectivas teóricas.

Essa metodologia foi escolhida devido à sua adequação ao objetivo do estudo, que visa compreender a atuação do farmacêutico na orientação sobre o uso racional de medicamentos isentos de prescrição (MIP) e os impactos de seu uso inadequado na saúde pública, fornecendo assim um panorama embasado e multidimensional.

Para assegurar precisão e relevância dos dados coletados, foram selecionadas bases de dados científicas renomadas, incluindo PubMed, SciELO e LILACS e Revistas Científicas, com foco especial em artigos revisados por pares nas áreas de saúde pública e ciências farmacêuticas.

A busca, realizada em setembro de 2024, foi estruturada com o uso de descritores específicos como “automedicação”, “uso racional de medicamentos”, “farmacêutico”, “orientação farmacêutica” e “medicamentos isentos de prescrição”. A escolha dos descritores visou cobrir uma gama ampla e relevante de publicações, garantindo que os estudos selecionados estivessem diretamente alinhados ao tema do estudo.

Critérios de Inclusão e Exclusão

Para garantir a aplicabilidade e relevância dos dados ao contexto brasileiro, foram definidos critérios rigorosos. Os critérios de inclusão contemplaram estudos publicados entre 2010 e 2024, em português, e que abordassem a automedicação, o uso de MIP e o papel do farmacêutico na orientação e promoção do uso racional de medicamentos.

Por outro lado, os critérios de exclusão eliminaram estudos que não tratassem diretamente do impacto dos MIP na saúde pública ou da atuação do farmacêutico, bem como publicações desatualizadas, estudos de opinião, dissertações e teses. Essa seleção rigorosa visou garantir que os dados analisados fossem precisos, atuais e aplicáveis ao contexto de farmácias comunitárias no Brasil.

Análise dos Dados

A análise dos estudos selecionados foi realizada segundo o modelo de análise de conteúdo temática proposto por Minayo (2014). Este método permite uma organização sistemática dos dados em categorias temáticas, como os impactos do uso inadequado de MIP, intervenções farmacêuticas para mitigação de riscos e estratégias de promoção do uso racional de medicamentos.

Organização e Apresentação dos Resultados

Ao final, os dados foram organizados e apresentados em categorias temáticas, proporcionando uma visão global das melhores práticas de orientação farmacêutica.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A ATUAÇÃO DO FARMACÊUTICO NA ORIENTAÇÃO E IMPACTOS DO USO INDEVIDO DE MEDICAMENTOS ISENTOS DE PRESCRIÇÃO EM FARMÁCIAS

O papel do Farmacêuticos nas Farmácias

A atuação do farmacêutico em farmácias comunitárias é fundamental para garantir o uso correto e seguro dos medicamentos. Ao longo dos anos, o papel do farmacêutico tem se expandido para além da simples dispensação de medicamentos, abrangendo a orientação ao paciente e a promoção do uso racional dos produtos farmacêuticos, inclusive daqueles isentos de prescrição médica (Cordeiro Junior e Abreu, 2021)

O uso racional de medicamentos é um conceito essencial no cuidado farmacêutico, sendo definido como o uso correto, em doses adequadas e durante o tempo necessário, de medicamentos que realmente são indicados para o problema de saúde do paciente (Santos et al., 2021). Estudos demonstram que a automedicação e o uso inadequado de medicamentos estão relacionados a complicações graves, como reações adversas e resistência bacteriana (Ferreira et al., 2021).

O farmacêutico tem a responsabilidade de orientar o paciente sobre o uso



correto desses medicamentos, evitando o agravamento de sintomas ou o desenvolvimento de reações adversas (Melo et al., 2021). Durante a pandemia de COVID-19, por exemplo, houve um aumento considerável no uso indevido de medicamentos como a ivermectina e a azitromicina, demonstrando a necessidade de uma intervenção farmacêutica mais ativa para evitar a automedicação irresponsável (Melo et al., 2021).

A atuação do farmacêutico na farmácia comunitária vai além da orientação pontual. Ele participa de programas de promoção à saúde e realiza ações educativas para conscientizar a população sobre os perigos do uso indiscriminado de medicamentos. Estudos mostram que programas educativos, liderados por farmacêuticos, são eficazes na redução da automedicação, especialmente em grupos mais vulneráveis, como idosos (Moysés et al., 2022).

Além disso, a presença constante do farmacêutico nas farmácias comunitárias permite que ele estabeleça uma relação de confiança com os pacientes, o que é essencial para o sucesso das orientações sobre o uso racional de medicamentos (Baggio e Formaggio, 2009). A automedicação, embora vista por alguns como um ato de autocuidado, pode resultar em efeitos adversos graves e até mesmo mascarar doenças mais sérias, adiando diagnósticos e tratamentos adequados (Santos et al., 2021).

A função do farmacêutico também inclui a revisão de prescrições médicas e a identificação de possíveis interações medicamentosas. Esse aspecto é crucial, especialmente em pacientes polimedicados, que são mais suscetíveis a complicações causadas por interações entre diferentes fármacos (Cavalheiro e Ungari, 2020).

Portanto, o papel do farmacêutico é indispensável para garantir a segurança do paciente e a eficácia dos tratamentos. Sua atuação na farmácia comunitária não só promove o uso racional de medicamentos, mas também contribui para a redução de gastos com saúde, uma vez que a automedicação muitas vezes leva à necessidade de tratamentos mais complexos e caros (Ferreira, 2021).

Medicamentos Isentos de Prescrição

Os medicamentos isentos de prescrição (MIP) são amplamente utilizados pela população devido à facilidade de aquisição e à crença de que são seguros quando usados

para tratar condições leves e sintomas autolimitados, como dor de cabeça, febre e inflamações (Santos et al., 2021). Entre os medicamentos mais comuns nesse grupo estão os analgésicos, os antitérmicos e os anti-inflamatórios não esteroidais (AINEs). Embora sejam considerados seguros em doses adequadas, seu uso inadequado pode trazer riscos significativos, como interações medicamentosas, efeitos adversos e agravamento de doenças preexistentes (Melo et al., 2021).

O uso de MIP oferece benefícios quando feito de forma responsável. Eles permitem que os pacientes tenham autonomia no tratamento de sintomas menores, promovendo o autocuidado e reduzindo a sobrecarga no sistema de saúde (Cordeiro Junior e Abreu, 2021). No entanto, é essencial que o uso desses medicamentos seja orientado por informações adequadas, uma vez que a automedicação, especialmente sem orientação farmacêutica, pode resultar em efeitos adversos graves. Segundo Ferreira (2021), a prática da automedicação, muitas vezes incentivada pela facilidade de acesso a medicamentos, pode levar a intoxicações e a problemas de saúde evitáveis.

A automedicação com MIP é frequentemente associada a uma percepção equivocada de que, por serem vendidos sem prescrição médica, esses medicamentos são completamente seguros. No entanto, mesmo os medicamentos de venda livre apresentam riscos quando usados de maneira inadequada ou em doses excessivas. O abuso de analgésicos, por exemplo, pode causar danos ao fígado, enquanto o uso indiscriminado de anti-inflamatórios está relacionado a problemas gastrointestinais e renais (Ferreira et al., 2021).

A interação entre MIP e outros medicamentos é outro ponto de preocupação. Como esses medicamentos são comumente usados em conjunto com outras terapias, o risco de interações medicamentosas é elevado, o que pode comprometer a eficácia dos tratamentos ou potencializar efeitos colaterais (Santos et al., 2021). Em um estudo realizado por Moysés et al. (2022), foi observado que muitos pacientes, especialmente idosos, combinam vários medicamentos sem a devida orientação, aumentando o risco de reações adversas graves.

Um dos maiores desafios no uso de MIP é a automedicação para tratar doenças auto diagnosticadas, sem o acompanhamento de um profissional de saúde. De acordo com Santos et al. (2021), a prática de automedicação pode mascarar sintomas

importantes de doenças graves, retardando o diagnóstico e tratamento adequado.

Durante a pandemia de COVID-19, o uso indiscriminado de MIP aumentou de forma expressiva, especialmente em relação a medicamentos como ivermectina e hidroxicloroquina, que foram amplamente divulgados, sem comprovação científica, como tratamentos preventivos para a doença (Melo et al., 2021).

Diante disso, a promoção do uso racional de medicamentos é uma responsabilidade central do farmacêutico, que, além de orientar o paciente sobre o uso correto dos MIP, deve atuar na prevenção da automedicação inadequada (Cordeiro Junior e Abreu, 2021). Programas de educação em saúde, liderados por farmacêuticos, têm mostrado eficácia na conscientização da população sobre os riscos do uso indevido de medicamentos. Segundo Moysés et al. (2022), a atuação do farmacêutico em campanhas de educação em saúde é essencial para a redução dos casos de automedicação.

Por fim, o papel do farmacêutico no aconselhamento sobre o uso de MIP vai além da simples dispensação. Ele deve educar a população sobre a importância de seguir as instruções de uso, os riscos de interações medicamentosas e a necessidade de buscar ajuda profissional em caso de dúvidas ou complicações (Ferreira, 2021).

A Importância da Orientação Farmacêutica no Uso Correto dos MIP

A atuação do farmacêutico como orientador no uso de medicamentos é de extrema importância para garantir a segurança dos pacientes e evitar problemas de saúde decorrentes do uso inadequado de fármacos. Ao fornecer informações detalhadas sobre dosagem, contra indicações, interações medicamentosas e o momento correto de procurar ajuda médica, o farmacêutico exerce um papel crucial na promoção do uso racional dos medicamentos (Cordeiro Junior e Abreu, 2021).

Um dos exemplos práticos da eficácia dessa orientação está relacionado ao uso de analgésicos e anti-inflamatórios, que são frequentemente utilizados sem prescrição. Esses medicamentos, embora acessíveis, podem causar sérios problemas gastrointestinais ou renais quando usados em doses inadequadas ou por períodos prolongados. Ao educar os pacientes sobre a dosagem correta e os riscos do uso contínuo, o farmacêutico pode evitar danos à saúde que, muitas vezes, resultam da

automedicação irresponsável (Ferreira, 2021).

A automedicação, além de seus riscos inerentes, pode ser agravada por interações medicamentosas, especialmente em indivíduos que utilizam múltiplos fármacos para tratar condições crônicas. O farmacêutico, ao conhecer o histórico medicamentoso do paciente, é capaz de identificar potenciais interações e ajustar as recomendações de acordo com a necessidade individual. De acordo com Santos et al. (2021), a orientação sobre essas interações pode reduzir significativamente os riscos de efeitos adversos graves, como insuficiências orgânicas ou reações alérgicas severas.

A importância da comunicação clara e assertiva também é um ponto chave no sucesso da orientação farmacêutica. Muitos pacientes, especialmente idosos, não compreendem completamente as instruções fornecidas nos rótulos dos medicamentos, o que pode levar a erros no uso dos fármacos (Moysés et al., 2022).

Além disso, a confiança entre o paciente e o farmacêutico é fundamental para que o profissional possa desempenhar plenamente seu papel como orientador. A construção dessa relação de confiança se dá pelo atendimento contínuo e pela disposição do farmacêutico em esclarecer dúvidas e oferecer suporte sempre que necessário (Cordeiro Junior e Abreu, 2021).

Muitas vezes, os pacientes optam por continuar usando medicamentos de venda livre, mesmo quando seus sintomas persistem ou se agravam. A orientação do farmacêutico pode ser decisiva para evitar que uma condição leve se transforme em algo mais grave. Segundo Melo et al. (2021), o profissional deve estar atento aos sinais de alerta que indicam a necessidade de encaminhar o paciente a um médico, evitando assim o agravamento de doenças que podem estar sendo mascaradas pelo uso contínuo de medicamentos.

A presença constante do farmacêutico nas farmácias comunitárias faz com que ele seja um dos profissionais de saúde mais acessíveis à população. Essa acessibilidade permite que o farmacêutico exerça um papel preventivo significativo, educando os pacientes não apenas sobre o uso correto dos medicamentos, mas também sobre práticas gerais de autocuidado e saúde (Ferreira et al., 2021).

Os benefícios de uma orientação correta são amplos e podem ser observados tanto na prevenção de problemas de saúde quanto na economia de recursos, tanto do

paciente quanto do sistema de saúde como um todo. A redução de complicações médicas evita internações desnecessárias e tratamentos prolongados, o que contribui diretamente para a sustentabilidade do sistema de saúde (Santos et al., 2021). Além disso, pacientes bem informados tendem a fazer escolhas mais conscientes e responsáveis em relação ao uso de medicamentos.

Consequências do Uso Indevido de Medicamentos Isentos de Prescrição

O uso indevido de medicamentos isentos de prescrição (MIP) tem se tornado um problema grave de saúde pública, causando consequências que vão desde intoxicações até internações hospitalares. O acesso facilitado a esses medicamentos, somado à falta de orientação profissional, leva a uma série de complicações que afetam diretamente a saúde dos indivíduos e aumentam os custos para o sistema de saúde (Santos et al., 2021). A utilização inadequada de analgésicos, antitérmicos e anti-inflamatórios, por exemplo, pode gerar danos ao fígado, aos rins e ao trato gastrointestinal, principalmente quando usados em doses excessivas ou por longos períodos (Ferreira et al., 2021).

Segundo dados do Sistema Nacional de Informações Tóxico-Farmacológicas (SINITOX), os medicamentos ocupam a primeira posição entre as substâncias responsáveis por intoxicações no Brasil, sendo responsáveis por milhares de casos de internação hospitalar todos os anos (SINITOX, 2017). Esses números demonstram a gravidade do problema e a necessidade urgente de ações para reduzir o uso indiscriminado de medicamentos isentos de prescrição (Melo et al., 2021).

Outro efeito negativo do uso indevido de MIP é a resistência bacteriana, que ocorre principalmente com o uso inadequado de antibióticos. Embora antibióticos não sejam tecnicamente isentos de prescrição, muitos pacientes acabam adquirindo esses medicamentos sem receita ou utilizando sobras de tratamentos anteriores, o que contribui significativamente para a resistência de bactérias aos tratamentos convencionais (Cordeiro Junior e Abreu, 2021).

Além disso, o uso prolongado e indiscriminado de analgésicos pode levar à dependência física, especialmente em casos de dor crônica. Muitos pacientes acabam se automedicando repetidamente com analgésicos, sem considerar os riscos associados, o que pode resultar em tolerância ao medicamento e aumento das doses utilizadas

(Moysés et al., 2022).

O impacto econômico desse cenário é significativo. Os custos adicionais decorrentes do tratamento de complicações relacionadas ao uso indevido de MIP incluem hospitalizações, tratamentos emergenciais e intervenções mais complexas para tratar os efeitos colaterais e as consequências de longo prazo do uso inadequado de medicamentos (Ferreira, 2021).

Nesse sentido, a promoção do uso racional de medicamentos deve ser uma prioridade. Campanhas educativas, realizadas em parceria com farmacêuticos, têm se mostrado eficazes na conscientização da população sobre os riscos da automedicação e do uso indevido de medicamentos isentos de prescrição (Melo et al., 2021).

O farmacêutico desempenha um papel essencial na prevenção do uso indevido de MIP. Como profissional de saúde acessível à população, o farmacêutico tem a responsabilidade de orientar os pacientes sobre o uso correto dos medicamentos, explicando suas indicações, contra indicações e os perigos do uso prolongado ou em doses inadequadas (Cordeiro Junior e Abreu, 2021).

Portanto, a automedicação com MIP é uma prática que, se não for adequadamente monitorada e controlada, pode resultar em sérios problemas de saúde, aumentando os custos para o sistema público e privado de saúde. A implementação de estratégias de conscientização, aliada ao treinamento contínuo dos profissionais de farmácia, pode minimizar esses riscos, promovendo o uso racional de medicamentos e garantindo a segurança dos pacientes (Santos et al., 2021).

O Papel da Vigilância Sanitária e a Regulação dos Medicamentos Isentos de Prescrição

A ANVISA tem um papel crucial na regulamentação e controle desses medicamentos. Conforme Ferreira et al. (2021), a automedicação com MIP, apesar de parecer inofensiva, pode causar sérios danos à saúde, como intoxicações e resistência bacteriana. A regulação desses medicamentos por parte da ANVISA visa controlar a comercialização e uso responsável, impondo restrições quanto à venda, à necessidade de rotulagem clara e à divulgação de informações essenciais, como dosagens adequadas e potenciais interações medicamentosas (Ferreira et al., 2021).



Melo et al. (2021) ressaltam que durante a pandemia de COVID-19, houve um aumento alarmante na procura e uso indiscriminado de medicamentos sem comprovação científica, como a ivermectina e a cloroquina, resultando em efeitos adversos graves e sobrecarga no sistema de saúde. Nesse período, a regulação falhou em alguns aspectos, e o controle inadequado permitiu que houvesse uma explosão nas vendas desses medicamentos, como o aumento de 829% na venda de ivermectina entre 2019 e 2020 (Melo et al., 2021).

Além disso, a rotulagem clara dos MIP é uma exigência essencial, pois, sem informações adequadas, como contra indicações e interações com outros medicamentos, o consumidor corre o risco de utilizar o produto de forma inadequada. Santos et al. (2021) destacam que a falta de clareza nos rótulos dos medicamentos pode levar ao consumo de doses inadequadas, contribuindo para o aumento de casos de intoxicação e hospitalizações relacionadas ao uso incorreto de MIP.

Ferreira et al. (2021) enfatizam que, embora os MIP sejam utilizados para tratar condições menores, o uso contínuo e sem orientação pode acarretar problemas graves, como lesões no fígado e no trato gastrointestinal. Por isso, além da regulação da venda, a fiscalização das farmácias deve ser intensificada, garantindo que os farmacêuticos desempenhem sua função de orientar os consumidores adequadamente sobre o uso desses medicamentos.

A regulação eficiente dos MIP, portanto, deve ir além da simples liberação para venda sem prescrição. É necessário implementar mecanismos de fiscalização que assegurem o cumprimento das normativas impostas pela ANVISA, como a obrigatoriedade de acompanhamento e orientação nas farmácias. De acordo com a revisão de literatura realizada por Moysés et al. (2022), a atuação do farmacêutico na orientação sobre o uso correto dos medicamentos isentos de prescrição é essencial para evitar automedicação inadequada e reduzir complicações graves relacionadas a esse hábito.

A ANVISA, como órgão regulador, também desempenha um papel relevante na criação de políticas públicas que visem a conscientização da população sobre os riscos da automedicação. Cordeiro Junior e Abreu (2021) ressaltam a importância de campanhas educativas, organizadas em parceria com profissionais de saúde, para

promover o uso racional dos MIP.

Educação Continuada e a Capacitação do Farmacêutico para Orientação de Medicamentos Isentos de Prescrição

A atualização constante em práticas de atendimento e manejo de medicamentos é essencial para que os farmacêuticos possam lidar com as complexidades da automedicação, principalmente em um cenário em que o acesso a esses medicamentos é facilitado. Segundo Yasbek (2012), cabe ao farmacêutico a responsabilidade de orientar os pacientes na escolha e uso dos MIP, considerando a condição de saúde, histórico medicamentoso e possíveis contra indicações. Essa capacitação contínua é fundamental para que o profissional farmacêutico ofereça um atendimento que assegure o uso racional de medicamentos.

A anamnese farmacêutica, conforme destacado por Kishi et al. (2010), é uma prática que o farmacêutico deve dominar para fornecer uma orientação personalizada e segura aos pacientes. Avaliar o histórico de uso de medicamentos, a condição clínica do paciente e possíveis interações medicamentosas são passos críticos nesse processo.

A educação continuada, como apontam Cheng et al. (2013), deve incluir estratégias de comunicação efetiva que permitam ao farmacêutico transmitir informações de forma clara e acessível ao paciente. A complexidade do uso de MIP, que muitas vezes são vistos como inofensivos, exige que o profissional esteja preparado para explicar os riscos associados ao uso prolongado ou inadequado desses medicamentos. Além disso, a capacitação em técnicas de comunicação auxilia na construção de uma relação de confiança entre o farmacêutico e o paciente, fator essencial para que o profissional possa desempenhar seu papel como educador em saúde.

O Conselho Federal de Farmácia (2013) reforça que a atuação do farmacêutico deve se estender à promoção do autocuidado responsável, auxiliando os pacientes a fazerem escolhas informadas sobre o uso de MIP. Para que isso seja possível, é imprescindível que o farmacêutico mantenha-se atualizado sobre as melhores práticas e os avanços na área de farmacoterapia.

Durante a pandemia de COVID-19, a capacitação dos farmacêuticos provou ser ainda mais crucial. O aumento exponencial no uso indiscriminado de medicamentos

como a ivermectina e a hidroxicloroquina evidenciou a necessidade de uma orientação farmacêutica eficaz para conter o avanço da automedicação irresponsável (Melo et al., 2021). Essa situação ressalta a importância de programas de atualização que capacitem os profissionais a lidar com crises de saúde pública, orientando corretamente sobre os riscos e benefícios dos tratamentos propostos.

Além da capacitação técnica, a educação continuada deve englobar aspectos éticos e humanizados do atendimento farmacêutico. Como apontado por Possamai e Decoreggio (2008), o farmacêutico deve estar apto a oferecer um cuidado integral, considerando o paciente em sua totalidade. A humanização no atendimento fortalece o vínculo entre profissional e paciente, permitindo que o farmacêutico atue não apenas como um dispensador de medicamentos, mas como um verdadeiro agente de promoção à saúde.

Estudos como o de Vinholes, Alano e Galato (2010) demonstram que a prática da atenção farmacêutica, alicerçada em uma educação continuada de qualidade, traz benefícios significativos para a saúde pública, promovendo o uso racional de medicamentos e reduzindo os riscos associados à automedicação. Dessa forma, a capacitação constante é essencial para que o farmacêutico esteja preparado para atuar em um cenário cada vez mais dinâmico e complexo.

O investimento na educação continuada também traz impactos positivos para o sistema de saúde como um todo, reduzindo os custos associados a complicações médicas decorrentes do uso inadequado de MIP. Segundo o Conselho Federal de Farmácia (2013), programas de capacitação que envolvam aspectos práticos da farmacovigilância e do monitoramento de medicamentos são essenciais para garantir um atendimento mais eficaz e seguro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir dos resultados deste estudo, é possível concluir que a atuação do farmacêutico é importante para a promoção do uso racional de medicamentos, sobretudo os isentos de prescrição. Além disso, o papel do farmacêutico vai muito além da simples dispensação de fármacos; ele se estabelece como um educador e orientador fundamental para prevenir os riscos associados à automedicação, como intoxicações,



interações medicamentosas e o mascaramento de doenças graves.

Este estudo evidencia que, em um cenário onde 77% da população brasileira consome medicamentos sem prescrição médica, a orientação farmacêutica se torna ainda mais vital para garantir a segurança dos pacientes e evitar complicações de saúde que poderiam ser prevenidas com a intervenção adequada.

Durante a pandemia de COVID-19, essa necessidade ficou ainda mais evidente, com o uso descontrolado de medicamentos como ivermectina e hidroxicloroquina, que, sem a devida comprovação científica, agravam os riscos à saúde pública e sobrecarregam o sistema de saúde. Os dados mostram que, além de educar os pacientes, o farmacêutico deve estar ativamente envolvido em campanhas de conscientização e programas de promoção à saúde, especialmente em comunidades vulneráveis, como os idosos, que são mais propensos à automedicação inadequada.

Assim, a promoção do uso racional de medicamentos isentos de prescrição não só beneficia a saúde individual, como também tem impacto direto na sustentabilidade do sistema de saúde, reduzindo os custos com internações e tratamentos emergenciais. Ainda, o desenvolvimento de uma relação de confiança entre farmacêuticos e pacientes é outro ponto crucial destacado, permitindo que o farmacêutico seja visto como um aliado no cuidado com a saúde, contribuindo para decisões mais conscientes e responsáveis no uso de medicamentos.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Daniele de Moysés et al. O papel do farmacêutico no controle, orientação e prevenção da automedicação em idosos: uma revisão da literatura. *Research Society and Development*, v. 11, n. 5, e37211528232, 2022. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v11i5.28232>. Acesso em: 2 out. 2024.

CONSELHO FEDERAL DE FARMÁCIA (CFF). *Automedicação e o uso de medicamentos*. 2013. Disponível em: <https://www.cff.org.br/pagina.php?id=486>. Acesso em: 13 out. 2024.

FERREIRA, Francisca das Chagas G. et al. O impacto da prática da automedicação no Brasil: revisão sistemática. *Brazilian Applied Science Review*, v. 5, n. 3, p. 1505-1518, 2021. Disponível



em: <https://doi.org/10.34115/basrv5n3-016>. Acesso em: 2 out. 2024.

GOMES, Géssica Santos et al. Os riscos da automedicação: a importância da prescrição farmacêutica. *Revista Multidisciplinar do Nordeste Mineiro*, v. 4, 2023.

KISHI, D. T.; GREENWOOD, B. C.; FARMER, K. C.; MEYER, S. M. Improving adherence to therapy: Perspectives of pharmacy students and faculty. *American Journal of Pharmaceutical Education*, v. 74, n. 6, p. 101-109, 2010. Disponível em: <https://www.ajpe.org/content/74/6/101>. Acesso em: 13 out. 2024.

MELO, José Romério Rabelo et al. Automedicação e uso indiscriminado de medicamentos durante a pandemia da COVID-19. *Cad. Saúde Pública*, 2021, v. 37, n. 4. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102-311X00053221>. Acesso em: 2 out. 2024.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. 14. ed. São Paulo: Hucitec, 2014.

MOYSÉS, D. A., et al. O papel do farmacêutico no controle, orientação e prevenção da automedicação em idosos. *Research Society and Development*, v.11, n.5, e37211528232, 2022.

POSSAMAI, J. P.; DECOREGGIO, R. A humanização no atendimento farmacêutico: Qualidade no atendimento e promoção da saúde. *Revista Brasileira de Farmácia*, v. 89, n. 1, p. 40-46, 2008. Disponível em: <https://www.rbfarma.org.br/artigo-2008/humanizacao>. Acesso em: 13 out. 2024.

SANTOS, Priscila Chaves dos et al. Automedicação e o uso irracional: o papel do farmacêutico no combate a essas práticas. *Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação*, v. 7, n. 10, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.51891/rease.v7i10.2504>. Acesso em: 2 out. 2024.

XAVIER, Mateus Silva et al. Automedicação e o risco à saúde: uma revisão de literatura. *Brazilian Journal of Health Review*, v. 4, n. 1, p. 225-240, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.34117/bjhrv4n1-020>. Acesso em: 2 out. 2024.



VINHOLAS, D. B.; ALANO, G. M.; GALATO, D. Avaliação da atenção farmacêutica em farmácias comunitárias de um município de pequeno porte no sul do Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Farmacêuticas*, v. 46, n. 2, p. 299-307, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcf/a/JZnRJdKBrYp8NfzTbcP9Kbh/?lang=pt>. Acesso em: 13 out. 2024.

YASBEK, L. J. Desafios para a prática da atenção farmacêutica no Brasil: Necessidades e competências do farmacêutico. *Revista Brasileira de Ciências Farmacêuticas*, v. 48, n. 1, p. 1-9, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcf/a/XCZPjZ9Pj65qz9Ckq6HKPsp/?lang=pt>. Acesso em: 13 out. 2024.